

MUDANÇAS CLIMÁTICAS: DA AÇÃO LOCAL AO IMPACTO GLOBAL

Fabio Feldmann e Laura Valente de Macedo, MSc
Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

Mudanças climáticas são processos naturais, consideradas as escalas de tempo de milhares de anos de eras geológicas. Entretanto, a velocidade e a intensidade com que estão ocorrendo mudanças no sistema climático da Terra a partir da Revolução Industrial é que têm sido objeto das preocupações de cientistas e líderes mundiais, principalmente nas duas últimas décadas.

O século XX testemunhou mudanças extraordinárias, tanto na sociedade quanto no meio ambiente. E o que é mais importante, a escala dessas mudanças passou do domínio local ou mesmo nacional para o âmbito global. Temos tecnologia e meios hoje em dia para verificar que as atividades humanas estão transformando o planeta em uma escala sem precedentes, e a experiência mais preocupante da humanidade é a que vem se desenrolando com o clima da Terra. Até mesmo a opinião pública aumentou seu grau de percepção recentemente, em grande parte em razão da ocorrência de incidentes climáticos de vulto como o El Niño, enchentes e outros desastres em diversas partes do mundo (França, Espanha, Venezuela, Inglaterra e Índia).

Os anos mais quentes de que se tem registro direto ocorreram na década de 1990. Sabemos hoje que a concentração de dióxido de carbono na atmosfera influencia a temperatura e está diretamente relacionada ao aquecimento global. Sabemos também que juntamente com outros gases, chamados gases causadores do efeito estufa, o dióxido de carbono tem aumentado seus níveis de concentração desde a Revolução Industrial. Os gases de que falamos foram lançados em quantidades cada vez maiores a partir de 1750, graças ao nosso modelo de desenvolvimento baseado na queima de combustíveis fósseis, como petróleo e carvão mineral, por exemplo. Como resultado, o sistema climático do planeta está sendo afetado de forma imprevisível. As consequências para o meio ambiente e para as sociedades humanas poderão ser desastrosas. Com a diminuição da cobertura vegetal, o derretimento de geleiras e calotas polares, as secas cada vez mais prolongadas, o aumento de frequência e de intensidade de eventos climáticos extremos, como enchentes, furacões e tempestades, temos uma equação de difícil solução para os líderes mundiais.

As previsões, porém, não surgiram da visão catastrófica de ambientalistas radicais. Esse cenário foi revelado pelos cientistas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas que assessora as Nações Unidas desde 1988. São cerca de 2 mil cientistas do mundo todo, considerados os maiores especialistas em pesquisas sobre o clima, reunidos em um painel internacional estabelecido em conjunto pelo Programa das Nações Unidas sobre Desenvolvimento – PNUD (UNDP é a sigla em inglês) e a Organização Mundial de Meteorologia – OMM (WMO é a sigla em inglês) em Toronto, em 1988. O primeiro relatório do IPCC, publicado em 1990, constatou que havia ocorrido uma elevação de 0,5 °C na temperatura média global em relação ao século anterior e alertou sobre a necessidade de serem tomadas medidas severas para diminuir a emissão de gases causadores do efeito estufa como sendo a única forma de

evitar o aquecimento global. Com base nesses estudos, foi iniciada uma série de negociações que resultou na Convenção sobre Clima, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, conhecida como Rio-92, ou Eco-92.

Em 1992, mais de 160 países aprovaram a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, dentre outros tratados internacionais ambientais, assumindo o compromisso de reduzir a emissão de gases de efeito estufa. Seu principal objetivo é:

Estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera em um nível que evite a interferência perigosa de atividades antrópicas (humanas) sobre o sistema climático. Tal nível deverá ser alcançado em tempo suficiente para permitir que os ecossistemas se adaptem naturalmente às mudanças climáticas, de modo a garantir que a produção de alimentos não seja ameaçada e o desenvolvimento econômico continue de maneira sustentável.

Outras exigências foram acrescentadas pelo Protocolo de Kyoto e continuarão sendo acrescentadas na forma de emendas e outros protocolos à medida que forem sendo realizadas as sessões das Conferências das Partes e novas descobertas científicas se consolidarem.

O Protocolo estabelece que os países industrializados terão a obrigação de reduzir suas emissões coletivas de seis gases efeito estufa em pelo menos 5%, se comparados aos níveis de 1990, para o período entre os anos 2008-2012. Sua inovação constituiu a inclusão de mecanismos econômicos para facilitar a redução de emissões. Aberto para assinatura em março de 1998, o Protocolo entrará em vigor quando for ratificado por pelo menos 55 países membros da Convenção, que incluam países desenvolvidos representando pelo menos 55% do total de emissões de dióxido de carbono.

Em 22 de março de 2001, o presidente George W. Bush declarou que não apoiaria o Protocolo de Kyoto e, voltando atrás em uma promessa de campanha, disse que não iria exigir a restrição de emissões de CO₂ do setor energético nos EUA. Sua declaração gerou reações no mundo todo. Embora a incerteza quanto aos rumos das negociações se tenha agravado com isso, em julho último adotou-se o acordo de Bonn, que regulamenta a implementação do Protocolo, conforme o cronograma estabelecido pelo Plano de Ação de Buenos Aires. Confirma-se, portanto, a tendência de o mercado se encarregar de disciplinar os mecanismos econômicos para redução de emissões, como já vem sendo feito na prática em diversos países.

O Brasil é um dos países de maior relevância para a efetiva implementação da Convenção, por uma série de fatores de natureza econômica, social, política e ambiental. Com relação à questão política, o Brasil tem exercido liderança no campo internacional nessa matéria, desde a realização da Conferência da ONU no Rio em 1992 até a proposta em Kyoto do mecanismo que veio a transformar-se no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Com relação aos aspectos ambientais, o país destaca-se como o de maior biodiversidade do planeta (Amazônia), matriz energética baseada em geração por hidroelétricas e existência de alternativas energéticas menos poluentes, como o álcool, e enorme potencial para geração de energia renovável, dentre outros.

Os preceitos da Convenção do Clima, bem como de outras convenções internacionais, precisam ser mais bem divulgados e esclarecidos para os atores sociais relevantes para sua implementação, bem como para a população como um todo, dados os potenciais impactos sobre a vida socioeconômica e o meio ambiente do país.

Em 20 de junho de 2001, foi estabelecido por decreto o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, presidido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Este Fórum pretende atuar como interface e consolidar a interlocução do governo com múltiplos atores, incluindo-se a sociedade civil, em busca de subsídios e informações sobre iniciativas em curso, promovendo uma troca dinâmica de informações entre diversos atores sociais relevantes na questão do clima.

Seu objetivo primordial é conscientizar e mobilizar a sociedade para a discussão e a tomada de posição sobre os problemas decorrentes da mudança do clima por gases de efeito estufa. Como facilitador, o Fórum é a interface entre o governo e a sociedade civil. Sua efetiva implementação dependerá da articulação dos setores envolvidos e servirá para inserir na agenda nacional um tema extremamente relevante da agenda global.

Embora os Estados Unidos não estejam participando mais das negociações para a ratificação de Kyoto, o processo continuará e a pressão dos outros países-membros, dos setores empresariais americanos e da opinião pública fará que o acordo continue a ser construído. De certa forma, a posição da atual administração dos EUA gerou uma polarização que teve um efeito benéfico no final das contas, forçando as lideranças mundiais a superar controvérsias e ambigüidades.

Sugestão de fontes de consulta

Publicações

Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

Protocolo de Kyoto

Cartilha sobre mudanças climáticas do BNDES e MCT

Cartilha do FBMC – “Protocolo de Kyoto: O Brasil em Apoio ao Planeta”

Sites

Amigos da Terra – Grã-Bretanha – <http://www.foe.uk>

Centro de Estudos Integrados sobre Meio Ambiente e Mudanças Climáticas da Coppe – UFRJ – <http://www.centroclima.org.br>

Conferência das Partes da Convenção Quadro sobre Mudança do Clima – <http://www.unfccc.de/>
Earth Negotiations Bulletin – boletins publicados pelo International Institute for Sustainable Development – IISD – <http://www.iisd.ca/climatechange.htm>

Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas – FBMC – <http://forumclimabr.org.br>

Greenpeace – <http://www.greenpeace.org>

Instituto Pró Sustentabilidade – <http://www.ipsus.com.br>

IPCC – <http://www.ipcc.org>

Ministério de Ciência e Tecnologia – <http://www.mct.gov.br>

PNUD – <http://www.undp.org>

PNUMA – <http://www.unep.org>